

Marcuse e a longa marcha pelas ruínas *

Silvio Ricardo Gomes Carneiro **

Resumo

O presente artigo tem como objetivo atualizar o debate promovido por Herbert Marcuse e Rudi Dutschke sobre a “longa marcha pelas instituições”, compreendendo o momento contemporâneo como a época neoliberal, o que sugere mudanças significativas dos modelos institucionais desde então. Na troca de correspondência entre os dois amigos, havia a preocupação sobre a ação política para vias emancipatórias, tendo em vista os conflitos políticos existentes. De um lado, facções do movimento estudantil segue em defesa da tomada do poder pelo Terror. De outro, ambos reconhecem as fragilidades das instituições democráticas do período, sobretudo na hora de conter toda a ordem de violência sistêmica que se aprofunda cada vez mais. O modelo escolar passa a ser privilegiado tanto por causa da centralidade que assume em discursos neoliberais, como os de Gary Becker, quanto também pela ambiguidade de seu papel social, que reproduz as divisões sociais tanto quanto possibilita o contato dos sujeitos com as mais variadas formas do conhecimento. Nesse sentido, ao invés de propagar uma descolarização da sociedade, Marcuse promove a reescolarização da sociedade, em franco debate com Ivan Illich e sua sociedade desescolarizada. Para um diagnóstico mais contemporâneo, trouxemos também os diagnósticos de Jan Masschlein e Maarten Simons, que consideram os processos de aprendizagem neoliberais como a marca da descolarização das escolas. Embora seja um registro mais contemporâneo, lembramos que Marcuse já havia operado com estas chaves em suas conferências nos fins dos anos 1960. Mas por que tratar as instituições como ruínas? Acompanhamos aqui outro diagnóstico de Marcuse que em conferência de 1974, considera a “mafiaização” das sociedades, o que significa uma mudança no registro do poder: muito

* Texto apresentado na VII Conferência Bianual da International Herbert Marcuse Society, realizada em 2017 na York University, Toronto, Canadá. Para mais informações: <https://sites.google.com/site/marcusesociety/Home> (acessado em 16/07/2018).

** Professor de Filosofia do Centro de Ciências Naturais e Humanidades da Universidade Federal do ABC. E-mail para contato: silviocarneiro@gmail.com.

embora a classe burguesa mantenha-se como dominante no *Establishment*, a mafização impele que a marca do poder seja a violência política, seja no sentido de uma guerra global pela competição dos mercados, seja pela própria destruição das instituições de uma democracia bastante fragilizada. Eis aqui a percepção das ruínas. Eis por onde a proposta é marchar.

Palavras-Chave

Marcuse; Ruínas; Instituição; Neoliberalismo.

Abstract

This paper aims to understand the debate between Herbert Marcuse and Rudi Dutschke on the “long march through the institutions” and bring it to the age of Neoliberalism and its changings on the contemporary institutional models. Reading the letters exchange between these two friends, both expresses a justified worry on the political actions to emancipatory ways in contrast to the political conflicts in that historical context. On the one hand, factions of student movement supporting the Terror in their struggles. On the other hand, both correspondents recognize the weakness proper to the democratic institutions in that historical context when it shows itself as powerless face to the deeper and deeper systemic violence. Schools will be central to our discussions: on the one hand, education will be in the center of neoliberal discourses, as presented Gary Becker; on the other hand, schools present the ambiguity of their social role, reproducing social divisions as well as making possible the encounter between subjects and the most differentiated forms of knowledge. Then, in spite of des-scholarizes society (as Illich proposes), Marcuse promotes a reescolarization of the society. In views of a more contemporary diagnostic, we relate here the Masschlein and Simons’ analysis. They consider the neoliberal processes to learning as the sign of “des-schooled” schools. In spite of the temporary differences, we remark this operation in Marcuse texts at the end of the 1960’s. However, why to deal institutions as ruins? We follow Marcuse’s conference in 1974, when he considers the mafization of societies, that is, a radical change on the relations of power: although bourgeoisie class sustains their social place as rulers in neoliberalism, mafization impels power to the violent policies: in the sense of a global war for the markets in competition as well as to the destruction of the democratic institutions in crisis. That is the perception of the ruins. That is the way from where we march.

Keywords

Marcuse; Ruins; Institutions; Neoliberalism.

Wo eine Kette von Begebenheiten vor uns erscheint, da
sieht er eine einzige Katastrophe, die unablässig Trümmer auf
Trümmer häuft und sie ihm vor die Füße schleudert
Walter Benjamin, *Über den Begriff der Geschichte*

Introdução

Após os protestos de 1968, os diálogos de Marcuse com os movimentos estudantis revelam uma profunda reflexão sobre qual tipo de estratégias políticas podem mudar o mundo em direção à emancipação. Gostaria de remarcar aqui a estratégia conhecida como “longa marcha pelas instituições”, como um modo de pensar a dialética marcuseana da libertação em tempos de capitalismo neoliberal. Esse movimento dialético pressupõe algumas questões prévias para evitar uma simples justaposição de considerações sobre eventos que ocorreram entre 1967 e nossos dias. A investigação principal trata do significado de instituições em tempos neoliberais.

Nesse sentido, substituo a expressão “instituição” por “ruínas” no título de meu artigo, pois pretendo promover um debate sobre os significados de nossas lutas no interior de nossas relações sociais. Decerto, tal substituição não é apenas parte da má-compreensão de certo pessimismo baseado na velha Escola de Frankfurt na figura de Adorno, ironicamente tratado por Lukács como hóspede do confortável “Grande Hotel Abismo” (LUKÁCS, 2000, p. 18). De outro modo, trata-se de, mediante o conceito de “ruínas”, pensar o destino ambíguo das instituições em tempos do capitalismo neoliberal. Lembro aqui que “ruínas” não significa apenas prédios “erodidos”, mas também uma marca social da arquitetura passada. Observe nossas universidades e as pessoas dentre delas. Podemos ver e ouvir nelas o movimento em seu ambiente resistindo às forças do tempo? Ou tal espaço é apenas mais uma construção produtiva guiada pelo fetichismo do conhecimento, organizado pelos resultados em rankings de universidades eficientes? Como observar sua gente? São pessoas impelidas pelos desejos de Eros ou são zumbis em busca de cérebros? Antes que se responda precipitadamente, é importante advertir que esta não é uma simples questão a responder. Os limites não são claros entre as instituições e as ruínas. Talvez não sejam apenas instituições mortas como um *shopping* cheio de gente inebriada pelo brilho das mercadorias. Talvez não sejam apenas

instituições vivas como em povos nativos tocados pela natureza e seus mitos. A despeito desta retórica das comparações parecer um exercício romântico e ingênuo, consideramos um passo importante para, mediante extremos, desnaturalizar nosso modo de pensar instituições.

Afinal, não podemos compreender o propósito da “longa marcha pelas ruínas” sem desnaturalizar nossas instituições. Elas são estruturas culturais e históricas. Por conseguinte, instituições estão submetidas ao tempo histórico e recebem significados simbólicos variados em contextos culturais também variados. Por exemplo, as universidades da Idade Média ocupam um lugar social diverso em comparação com as universidades atuais. É fato que instituições contemporâneas conservam algumas tradições pedagógicas medievais como mensagens dos velhos tempos (para além do bem e do mal contido em tais procedimentos pedagógicos). No entanto, as funções sociais das universidades contemporâneas representam um ritual de reconhecimento social diverso daqueles rituais presentes nas universidades medievais. Basta notar, como Bourdieu sugere, como os diplomas se configuram na estrutura de reprodução econômica e cultural do mundo capitalista (BOURDIEU, 1998, p. 155). Contudo, é preciso perceber o traço específico deste exercício comparativo. O que podemos notar sobre as instituições em tempos neoliberais é o contínuo resultado de processos sociais que arruinam instituições em nome do discurso prevalente de “modernização”. Eis o básico do neoliberalismo, algo que Marcuse já previa em meados dos anos 1960, quando associava os processos de destruição inerentes às próprias máquinas de poder, logo nas primeiras páginas de *O homem unidimensional*:

esta sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade é destrutiva sobre o desenvolvimento livre das necessidades e faculdades humanas, sua paz mantida pela constante ameaça de guerra, seu crescimento dependente da repressão das possibilidades reais para pacificar a luta por existência – individual, nacional e internacional. (MARCUSE, 2001, p. XI)

Assim, desde o ponto de vista atual, é necessário pensar como marchar entre ruínas e não apenas entre instituições.

A longa marcha através das instituições

“Marchar através das instituições” é expressão do contexto histórico próprio ao movimento estudantil e das revoltas culturais. Para entender melhor o que está em jogo, acompanhamos Peter-Erwin Jansen, sobre a divergência fundamental do movimento estudantil alemão no início dos anos 1970 (JANSEN, 1998). De um lado, as organizações comunistas lutam pela ideologia “correta” a fim de conquistar o melhor guia da consciência proletária. De outro, grupos “endógenos”, como o SPD (Associação estudantil socialista alemã) permaneceu de maneira cética em oposição ao “sujeito-coletivo revolucionário do proletariado” e apoiou outras estratégias para “‘experiências vividas conscientemente’ dos sujeitos atuantes”, isto é: a luta por edifícios abandonados, por salas ocupadas nas universidades ou mesmo greves pela “ciência relacionada à vida”.

Tal oposição pode ser compreendida de maneira superficial como o velho fratricídio ideológico de comunistas *versus* anarquistas, revolucionários *versus* reformistas etc. Todavia, a correspondência entre Marcuse e o ativista alemão da SPD, Rudi Dutschke, vai além desta aparente disputa. Nas cartas publicadas, datadas entre abril de 1970 e fevereiro de 1973, os dois se preocupam com a disputa dos movimentos estudantis. Em determinado momento, Marcuse sublinha a importância da estratégia de Dutschke pela “longa marcha dentro das instituições” em oposição às “tendências extremistas que vê a tomada do sistema através de atos individuais de terror como o único meio efetivo” (MARCUSE, 2014, p. 335). Novamente, esta não é uma questão simples: em um consequente ponto de vista marxista, Marcuse rejeita o terror dos extremistas tanto quanto desconfia da democracia burguesa, em que “o processo democrático está *bloqueado nas formas democráticas*” (MARCUSE, 2014, p. 335).¹ Tais tendências políticas, (o formalismo da democracia burguesa e a ação direta do Terror), não são as alternativas para suas escolhas de engajamento. Para além desta oposição aparente, Marcuse e Dutschke estão se questionando pelas condições materiais para uma efetiva emancipação social. É neste lugar que se deparam com a longa marcha pelas instituições.

Primeiramente, Marcuse e Dutschke reconhecem este período histórico como um contexto não-revolucionário. Em sociedades próprias ao capitalismo tardio, que Marcuse denomina como “sociedades da opulência” (dado o elevado grau tecnológico

¹ Lembremos aqui o contexto histórico dessa afirmação, sem a qual muitos se equivocam ao afirmar Marcuse como um autor anti-democrático. Marcuse acompanha a análise do período sobre as eleições nos Estados Unidos que levou à suspeita da vitória de Nixon. Período conturbado da história estadunidense que assassinou e esteve à caça dos principais líderes de movimentos pelos direitos civis.

de produção de bens, a despeito da sua capacidade em distribuí-los)², tendências contrarrevolucionárias surgem como hegemônicas. O neoliberalismo surge como uma forma de governo neste período, quando Ronald Reagan, então governador da Califórnia, promove mudanças institucionais adequadas ao ideário de novas gestões das políticas públicas. Em alguns países do hemisfério sul, como Brasil e Chile, a ditadura civil-militar assume o processo de transformações institucionais em caráter brutal contra a emancipação social em progresso até então. Tais fatos históricos ilustram as páginas iniciais da obra de Marcuse, *Contrarrevolução e revolta*.³ Diante de tais condições materiais, as estratégias de mudança social para a emancipação devem adotar outros meios. Explodir instituições em um mundo contrarrevolucionário poderia não atingir as metas revolucionárias no horizonte de emancipação. Pelo contrário, as atitudes de terror podem reforçar as contradições sociais e a repressão brutal.

Contudo, há coisas a fazer. Embora os anos 1970 não fossem um tempo revolucionário, isso não significa que seja o “fim da história”. Tanto Marcuse quanto Dutschke reconhecem a possibilidade de mudanças sociais nas contradições iminentes do capitalismo. A “longa marcha pelas instituições” de Dutschke representa esta perspectiva, sendo especial o papel ambíguo desempenhado pela educação: ao mesmo tempo parte fundamental para a reprodução do sistema em um mundo do trabalho tecnológico; mas também, enquanto parte da *Bildung*, apresenta tendências de mudá-lo:

A dialética da educação nesta sociedade traz uma crescente dependência sobre a educação, o conhecimento sem restrições nos processos econômicos competitivos, e na direção dos processos políticos; e, ao mesmo tempo, uma necessidade crescente para “conter” o conhecimento e a razão dentro do universo conceitual e de valores da sociedade estabelecida e seu aprimoramento e crescimento de modo a proteger esta sociedade contra a mudança radical. (MARCUSE, 2009, p. 34).

²Ver MARCUSE, *One-dimensional man*.

³ Uma análise que sucede a elementos previstos em *O homem unidimensional*, quando Marcuse analisa a potência emancipatória dos países que não participam diretamente do eixo das sociedades industriais avançadas, possibilitando formas alternativas de vida. A despeito desse cenário de potências libertadoras, Marcuse também antecipa que, o encontro destas realidades com as forças de modernização poderia ser efetivado sob a mais brutal forma. Muito embora Marcuse tenha em vista os fenômenos sociais da Índia e do Egito, a seguinte passagem antecipa o cenário de ditaduras vivenciados em países da América Latina: “Parece que o desenvolvimento sobreposto a estes países trará um período de mais administração mais violenta e mais rígida do que o que passou pelas sociedades avançadas, as quais puderam ser construídas junto às conquistas da era liberal. Em suma: as áreas atrasadas estão por sucumbir seja por uma das várias formas de neocolonialismo, seja por um sistema mais ou menos terrorista de acumulação primária. (MARCUSE, 2001, p. 50). Lembremos aqui que as considerações sobre o atraso dos países não significam neste contexto uma visão elitista de Marcuse. Aqui, o autor se utiliza do vocabulário da época, o qual coloca em contraste frequentemente com a ilusão de progresso vendida em sociedades industriais avançadas.

Desde esta perspectiva das ambiguidades, Marcuse expressa nas trocas de correspondências com seu amigo a possibilidade de um “salto qualitativo” a partir das contradições internas da sociedade. As estratégias de Dutschke se movimentam no interior das contradições sociais para superá-las. Contrário às tendências reformistas da *Realpolitik*, que arrebatou muitos dos partidos sociais-democratas de então⁴, Marcuse retoma o “salto qualitativo” de Dutschke que, veremos, não é “revolucionário” no sentido tradicional e mesmo marxista do termo, como a tomada do centro do poder. De modo diverso, ambos os amigos assumem em suas correspondências a perspectiva de transformação social em vistas de superar as contradições sistêmicas.

O “salto qualitativo” pelas instituições

Para entender porque Marcuse caracteriza a estratégia de Dutschke como um “salto qualitativo”, será necessário retornar no tempo prévio a estas correspondências, mais precisamente na conferência “Libertação da sociedade afluenta” que Marcuse proferiu no ano de 1967, em um seminário que mobilizou grandes vozes de todo mundo da esquerda da época, *Dialectics of Liberation*.⁵ Naquele tempo, Marcuse apresentava a dialética da libertação como uma mudança qualitativa. A necessidade por libertação, longe do formalismo social das lutas por reconhecimento na esfera pública, parte das contradições de uma sociedade que desenvolve em grande medida as necessidades culturais e materiais dos seres humanos. Assim, a dialética da libertação expressa o movimento para além das mudanças quantitativas, empregando as forças produtivas para a produção de bens materiais e culturais para toda a humanidade.

Novamente, Marcuse não reduz a relação entre mudanças quantitativas e qualitativas a uma simples oposição entre revolução *versus* reforma. Nosso autor

⁴ Conforme sugere em *One-dimensional man*, quando Marcuse nota a virada ideológica dos Partidos Trabalhista Britânico e, na Alemanha, dos Partidos Comunistas e Social-Democrata (MARCUSE, 2001, p. 22). Elementos que nos anos 1990 eram marcadamente alinhados com a Terceira Via propagada por Tony Blair e Gerard Schröder.

⁵ O evento ocorreu em Londres, organizado pelos articuladores do movimento anti-manicomial, R. D. Laing, David Cooper, Joseph Becker e Leon Redler, no Instituto de Estudos Fenomenológicos. Estiveram presentes, além dos já mencionados organizadores e Marcuse, Gregory Bateson, Jules Henry, John Gerassi, Paul Sweezy, Paul Goodman, Lucien Goldmann, Allen Ginsberg e Stokely Carmichael. O registro das conferências pode ser encontrado na versão impressa, na coletânea recém-reeditada *The Dialectics of Liberation*. Também é possível encontrar registros audiovisuais do encontro. A conferência de Marcuse e demais convidados, bem como o clima acalorado das discussões, podem ser encontrado no documentário *Anatomy of Violence*, dirigido e produzido por Peter Davis, encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=a-MwCTctZxE> (visitado em 16/07/2018).

considera os riscos de um “círculo vicioso” nos movimentos históricos da revolução, que abre portas ao Terror em nome de princípios ideológicos. A revolução se movimenta para além das formas ideológicas: outra qualidade social deve advir em sua transformação efetiva. Assim, a revolução não pode ser compreendida como uma troca de grupos sociais no poder. Pela mudança compreendida em termos simples, as instituições repressivas do regime anterior podem ser conservadas ou mesmo se tornar piores do que no regime anterior. Neste sentido, o conceito marcuseano de “mudanças qualitativas” sublinha a necessária “transvaloração de valores” nos processos revolucionários, quando o horizonte de uma nova humanidade surgir.

Porém, a mudança qualitativa não deve ser apenas um modo de transformação social. Marcuse nota uma utopia concreta compreendida nos laços que implicam mudanças qualitativas e quantitativas. De acordo com o autor,

O problema que estamos enfrentando é o ponto em que a quantidade pode se tornar qualidade, onde a mudança qualitativa nas condições e nas instituições podem se tornar uma mudança qualitativas que afeta toda a existência humana. (MARCUSE, 2014, p. 79).

Sob a perspectiva das sociedades afluentes, é notável a possibilidade quantitativa para produzir bens para toda a humanidade. O ponto está no bloqueio da experiência que preparam as condições de mudanças subjetivas. Decerto, neste cenário sem escassez há uma demanda por uma nova sociedade sem trabalho, exploração e mais-repressão.⁶ Todavia, tudo ocorre no interior de duas possibilidades opostas: o idealismo da paz para toda a humanidade contra as produções econômicas das mercadorias. Em outras palavras, o que está em jogo nas contradições da sociedade da opulência é a experiência bloqueada da revolução, isto é, a possibilidade da transição social do capitalismo para o socialismo pelas “forças centrífugas” que impelem o campo social para além do *status quo*.

⁶ Expressão que Marcuse desenvolve em “Eros e civilização”, quando considera o princípio freudiano de que toda a história da humanidade é a história da sua repressão e, mediante o cenário da sociedade da opulência, nosso autor observa que determinados mecanismos sociais repressivos servem apenas para a manutenção do *status quo*, tornados obsoletos em regimes de opulência em que o lugar social do trabalho para a constituição subjetiva passa a ser questionado das mais variadas formas. O que, porventura, seria justificado em um regime de escassez, com o desenvolvimento das forças produtivas em sociedades da opulência, mostra-se mais como uma regressão da ordem de forças sociais do que movimento para a libertação social.

Aparentemente, a “longa marcha pelas instituições” se mostra uma estratégia limitada. Que tipo de marcha poderia propor mudanças qualitativas dentro do *Establishment*? Como esta estratégia evita a reprodução do sistema? Em *Contrarrevolução e revolta*, Marcuse responde a tais objeções pela seguinte descrição da estratégia da Longa Marcha:

Trabalhar contra as instituições estabelecidas enquanto se trabalha nelas, mas não simplesmente “perfurando desde seu interior”, mas antes “fazendo o trabalho”, aprendendo (como o programar e ler computadores, como ensinar em todos os níveis de educação, como usar as mídias de massa, como organizar a produção, como reconhecer e esboçar a obsolescência planejadas, como planejar etc.), e ao mesmo tempo preservar a própria consciência de alguém no trabalho com os outros. (MARCUSE, 1972, p. 55)

Isto é, promover “contra-quadros” nas estruturas institucionais, aprender suas contradições bem como recriar o modo de produção baseado na solidariedade e no trabalho coletivo. Alguns destes passos entram em correspondência com a transição marcuseana para o socialismo presente na relação entre mudanças qualitativas e quantitativas.

Contudo, resta ainda uma questão para essa proposta. Afinal, em que medida as instituições têm a solidez esperada para tal espaço de contra-quadros? Nos tempos de hoje, estamos falando dos mesmos moldes institucionais, dos mesmos vínculos subjetivos com a esfera social? Ou existe uma mudança radical promovida pela Contrarrevolução hoje, tendo em vista novos modelos de sociabilidade? Perguntar-se sobre estes pontos exige de nós uma investigação sobre as instituições contemporâneas.

Que tipo de instituições são essas pelas quais marchamos?

Certamente, é preciso notar as dificuldades de adotar esta estratégia. Como dissemos, instituições são estruturas históricas e culturais. Então, sofrem a influência do tempo. Por consequência, não podemos evitar a questão: em que tipo de instituições estamos marchando?

É necessário escapar de uma crítica superficial e abstrata contra todas as instituições, a fim de observar como operam nossas instituições contemporâneas. Na verdade, a perspectiva de Dutschke não está isolada e acompanha diversas experiências de mudanças institucionais ao redor do mundo. Lembremos aqui as experiências dos movimentos estudantis para criação de novas Universidades em compasso com suas

demandas de formação: o “Lumumba-Zapata College” nos EUA, ou o “Rosa Luxemburg” em Berlim, ou o “Zumbi dos Palmares” no Brasil – eis alguns movimentos do período que sinalizam mudanças de conteúdo das disciplinas oferecidas no interior das instituições, tendo em vista os sujeitos excluídos sistematicamente da educação “tradicional”. Tais reivindicações expressão não apenas novas vozes dentro do sistema, mas uma luta fundamental contra o sistema.

Lutas como estas apresentam implicações internas de enormes proporções. Marcuse considera como são importantes as lutas por educação em sociedades industriais avançadas, quando o trabalho intelectual se torna uma parte importante do aparato produtivo. Tal perspectiva marcuseana prevê teorias neoliberais sobre o capital humano,⁷ em que a educação passa a ser reconhecida como uma peça estratégica para os novos ciclos de acumulação capitalista.⁸ Nosso autor sabe, dada essa mudança na composição do trabalho intelectual, que a educação se tornará cada vez mais um território em disputa. Assim, Marcuse se move em direção diversa, tentando sublinhar outros significados de educação e de seus intelectuais:

A educação é nosso trabalho, mas educação em um novo sentido. Sendo teórica tanto quanto é prática, prática política, a educação hoje é mais do que uma discussão, mais do que ensinar e aprender e escrever. Ao menos e até que siga para além da sala de aula, ao menos e até que vá para além da faculdade, da escola, da universidade, ela permanece impotente. Educação hoje deve envolver a mente e o corpo, a razão e a imaginação, as necessidades intelectuais e pulsionais, porque toda nossa existência se tornou o sujeito/objeto da política, da engenharia social (MARCUSE, 2009, p. 86).

Atualmente, este discurso parece perigoso, uma vez que os engenheiros sociais e os economistas corporativos podem falsear esta passagem como um reforço da pedagogia do capital humano das competências e habilidades, a despeito do significado que Marcuse confere às novas sensibilidades subjacentes ao processo que descreve, bem como os pressupostos para uma transformação social em sentido emancipatório.

Para evitar de maneira clara esta apropriação pelo pretense discurso neoliberal pós-ideológico, é interessante contrastar duas perspectivas de tendências de Esquerda sobre a instituição educacional. De um lado, Ivan Illich e seu *Deschooling Society*; de outro,

⁷ Ver BECKER, *Human Capital: A theoretical and empirical analysis with special reference to education*.

⁸ A questão é compreender como países arruinados pela Guerra, como Japão e Alemanha, conseguiram uma reviravolta econômica em grande volume. De acordo com os economistas neoliberais do período, seria justamente os modelos de investimento em educação tratados nestes países que explicam o “sucesso” de seus desenvolvimentos.

Jan Masschelein e Maarten Simons no conceito de escola “não escolarizada”. Muito embora estas perspectivas se apresentem em tempos históricos diversos,⁹ sugerimos que ambas contribuem para, a partir das instituições educacionais, pensarmos sobre a Longa Marcha de Dutschke. Afinal, desde estes dois diagnósticos, a “super-institucionalização” das escolas desenhada por Illich entra em contraste com a “desinstitucionalização” das escolas de Masschelein e Simons. Entre uma e outra posição, podemos investigar com mais atenção os impasses contemporâneos de uma longa marcha nas instituições.

A crítica de Illich mostra como nossa sociedade acaba distorcendo o lugar social das escolas como um serviço público para o povo. A partir da política educacional do currículo (uma tendência central do neoliberalismo hoje), a aventura pedagógica é reduzida a uma política de certificados institucionalizados. É importante para uma sociedade meritocrática justificar suas desigualdades estruturas pelo currículo do indivíduo. A mensagem de Illich é notável: “Currículo sempre foi utilizado para assinalar rankings sociais” (ILLICH, 1971, p. 7). Entretanto, a proposta do autor para escapar desta sociedade supra-escolarizada aparece, por vezes, como ingênua. Neste sentido, é sintomático que Illich, citando o neoliberal Milton Friedman, defenda os *vouchers*, princípio elementar das propostas das *escolas Charter*, contra os fundos públicos da educação (ILLICH, 1971, p. 42). Uma vez diagnosticada a sociedade como escolarizada, ou seja, uma sociedade estabelecida na base de prestação de serviços pelo Estado e que reduz a autonomia de seus cidadãos, a crítica de Illich leva, a despeito de suas próprias intenções, a uma arriscada defesa do livre-mercado, de modo a estabelecer a autonomia curricular do educando, mediante a prestação de fundos distribuídos à população. Ao invés, portanto, de uma sociedade estruturada pelas instituições de serviço, dentre os quais a escola, Illich procura reverter com o campo das autonomias curriculares, numa sociedade “sem escolas” em defesa da autonomia crescente dos indivíduos em sociedade.

Alguns anos depois, quando o neoliberalismo conquista não apenas um campo ideológico como discurso hegemônico, mas também infiltra sua racionalidade técnica e governamental nos serviços estratégicos do Estado, Masschelein e Simons sinalizam para a consequência desse processo que são as escolas “descolarizadas”. Todos eles, Masschelein/Simons e Illich, partem da crítica contra as políticas educacionais centradas no currículo. No entanto, Masschelein e Simons insistem no esvaziamento de sentido das

⁹ Ivan Illich publica sua obra em 1971. As pesquisas de Jan Masschelein partem, em grande medida, do diagnóstico a partir dos anos 1990.

escolas enquanto instituição. Ele observa fenômenos como o regime disciplinar nas escolas. Crianças são treinadas para aprimorar o uso de seu tempo cada vez mais, para organizar seu tempo cotidiano com uma série de disciplinas e atividades (MASSCHLEIN & SIMONS, 2014-2015, p. 283). Cada passo do desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos deve aprimorar o desempenho desde os primeiros tempos escolares (ou até antes). No coração deste processo de organização dos sujeitos nas escolas é que os dois autores podem afirmar que, de fato, as escolas estão paradoxalmente “des-escolarizadas” (MASSCHLEIN & SIMONS, 2014-2015, p. 285). De acordo com os autores, antes de ser uma tábua curricular, a escola é tempo. E o tempo da escola é o tempo do lazer (*scholé*). Quando reproduzimos as instituições educacionais para ensinar como administrar nosso tempo, perdemos a experiência do tempo na educação. Enfim, concluem Masschlein e Simons, utilizamos a escola contra a própria experiência viva das escolas (MASSCHLEIN & SIMONS, 2014-2015, p. 291).¹⁰

Illich e Masschlein/Simons representam duas posições capazes de mostrar quão crucial é a questão: *em que tipo de instituições estamos marchando?* De acordo com Illich, devemos evitar marchar nas instituições como as escolas oficiais. Para Masschlein e Simons, por sua vez, devemos marchar dentro de tais instituições com o horizonte de recuperara experiência das escolas, embora ele reconheça quão intoxicadas estão no atual momento.

A despeito desse nebuloso contraste, há uma questão para ser respondida: escolas são de fato instituições? Questão que não pode ser tratada de maneira isolada, distante dos processos históricos que a configuram.

Considerações finais: a “mafiação” no Neoliberalismo e as instituições como ruínas

Masschlein/Simons e Marcuse têm posições próximas, quando este afirma em uma de suas conferências aos estudantes de Berkeley (1975): “Nó *não* queremos destruir as instituições estabelecidas de aprendizado, mas queremos reconstruí-las. Não é

¹⁰ Aqui podemos sugerir uma linha de leitura interessante para um fenômeno ocorrido em 2015 nas escolas do Brasil. Estudantes, por diversos motivos conforme a situação política e educacional de cada Estado, ocuparam suas escolas. Nesse tempo, trouxeram novos elementos formativos. Jovens que, muitas vezes eram estigmatizados como “desinteressados” mostraram nesta situação justamente o contrário. Paulo Arantes, em entrevista sobre o assunto, resume bem o momento: “eles lutaram para que as escolas continuassem como escolas” (ARANTES & FUHRMANN). Diagnóstico que muito bem se encaixa na visão de Masschlein & Simons sobre a experiência viva e temporal das escolas.

descolarizar a sociedade, mas *rescolarizá-la*.” (MARCUSE, 2009, p. 43). Todavia, a questão persiste: reconstruir as instituições a partir de onde?

Eis o ponto: no avanço do tempo e das crises, o neoliberalismo reduz as instituições em ruínas. Na verdade, o ponto de virada neoliberal é administrar as crises geradas pelas contradições que as corporações geram para si próprias, mais até do que a administração da população e dos nossos corpos.¹¹ O impacto deste gerenciamento apocalíptico acaba por deixar todos os produtos culturais e materiais em condições precárias. Mesmo a propriedade, uma das instituições fundamentais do capitalismo passa para o risco de se realizar como ruína. Basta notar o termo corrente da precarização em peças centrais de um modelo capitalista: as condições precárias de trabalho, o sistema de saúde precário, a cultura precária, a comunicação precária etc..

Talvez devemos atentar para algumas das considerações de Marcuse sobre o capitalismo em seus primeiros anos neoliberais, a saber, a década de 1970. Há um diagnóstico relevante nas recém-publicadas palestras de Marcuse na Universidade de Vincenne, sobre a “mafiação da economia” (o que também podemos pensar como a “mafiação da sociedade”) como efeito da “decomposição, ou mesmo desintegração, da burguesia como uma classe dominante” (MARCUSE, 2015, p. 2). Nessa concepção mafiosa da sociedade, Marcuse exprime o “constante ofuscamento” entre os negócios legítimos e ilegítimos, entre os poderes econômicos e políticos, universo expandido para todo o campo da vida política e econômica.

O que ocorre quando se estrutura uma mafiação do poder? Aqui está a chave para compreendermos instituições como ruínas. De um lado, a classe burguesa está em desintegração, em decomposição na estrutura da dominação. No entanto, Marcuse considera que isso não significa que a burguesia deixe de concentrar para si as forças de produção. Apenas, o caráter iluminista da burguesia clássica é substituído pela violência crescente. “A diferença aparece diante do pano de fundo da violência crescente, violências legal e extralegal, violência gratuita frequentemente, que penetra toda a sociedade. E, em grande medida é a violência política” (MARCUSE, 2015, p. 3). Decerto, a força produtiva continua concentrada no campo da burguesia, mas em um sentido pelo qual a violência passa a ser o motor da máquina. Isso não apenas significa as estruturas

¹¹ Talvez, existam conexões mais profundas entre estes dos pontos da administração biopolítica, conforme denomina Michel Foucault, em seu curso *Nascimento da biopolítica*. Mas gostaríamos de atentar para o papel das crises e o impacto delas nas instituições, deixando de lado demais aspectos que, possivelmente se incluem em nossa perspectiva crítica.

de guerra no poder global, mas também que o próprio desenvolvimento das forças produtivas tem como efeito modos cada vez mais destrutivos ou mesmo sob grande desperdício. Por conseguinte, é nesse sentido que podemos compreender as ruínas como efeitos nas instituições violadas pelos ciclos sociais do neoliberalismo, ou da mafiação. Sob a marca de constantes crises, as instituições são colocadas à prova das regras do mercado e sucumbem à violência política em nome do *status quo*.

Eis aqui uma primeira perspectiva da ruína, modo distópico de reconhecer a situação social em decomposição constante das suas forças. Eis aqui um modo de marchar entre ruínas, notando as instituições que desabam, relações sociais que são desativadas ao primeiro sinal de coletividade e solidariedade. A violência que habita tais ruínas tem na competição seu princípio social e na destruição seu modo de reproduzir mundos.

No entanto, um outro modo de encarar esta marcha pelas ruínas é possível. Conforme Benjamin expressa em uma de suas mais citadas teses sobre a história: onde nós percebemos uma cadeia de eventos, o Anjo da História vê “a catástrofe sem fim que acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança sob os pés” (BENJAMIN, 2016, p. 14). A ruína aqui não é apenas o tempo que se cristalizou no passado, mas a experiência singular do tempo que deixa suas marcas. Portanto, em contraposição ao acúmulo de forças que o processo de mafiação contém em seu arruinar constante, a Teoria Crítica pode sustentar a “longa marcha entre tais ruínas”. Isto não significa um consolo conformista. Pelo contrário, sugere reconhecer pelos fragmentos do mundo o ato instituinte. Sem qualquer ilusão iluminista de um espaço público prévio, ruínas são as marcas sócio-históricas da experiência bloqueada nas instituições. *Rescolar* a sociedade encara a violência neoliberal desde suas ruínas. Destes fragmentos encontramos o resíduo de humanidade.

Em grande medida, está aí a atualidade do pensamento marcuseano. Sua longa marcha visa o salto qualitativo de contextos em perpétuo movimento, utopias concretas para a emancipação social. Tal percepção vem com um conceito frequente no vocabulário marcuseano: a obsolescência. São diversos os textos em que Marcuse aplica o termo e, geralmente, sobre temas que lhe são caros.¹² Decerto, para um autor que sempre busca

¹² Por exemplo: "A obsolescência da psicanálise" e "Marxismo obsolecente?". Mesmo na defesa que dirige ao movimento negro, certo ar de obsolescência se apresenta quando nota os desvios que a perspectiva do espetáculo lança sobre os produtos daquela manifestação. E mesmo sua última defesa, em torno dos movimentos ecológicos, o cenário da obsolescência está presente.

alternativas, ainda que para uma realidade unidimensional (em que até mesmo o pensamento crítico se mostra paralisado), a obsolescência não é o signo de um pessimismo militante. De outro modo, como lembra Andrew Feenberg, o "conceito de Marcuse da «obsolescência» situa sua crítica historicamente" (FEENBERG *in* MARCUSE, 2011, p. 215) - ao que se pode complementar: uma contextualização na medida em que esta obsolescência apresenta os conceitos em sua potencialidade crítica. Perguntar-se pela obsolescência é perguntar-se pela ruína, sua marca, suas potências emancipatórias e seu desespero em fragmentos. Marchar entre ruínas é fortalecer as potências críticas com seus rastros de emancipação.

Referências bibliográficas

ARANTES, P. & LUHMANN, R. "Só uma educação calamitosa pode ser jogada na vala comum da relação custo-benefício". In: <https://www.revistaforum.com.br/semanal/paulo-arantes-uma-educacao-calamitosa-pode-ser-jogada-na-vala-comum-da-relacao-custo-beneficio/> (acessado em 16/07/2018)

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*, trad. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, São Paulo: Ed. Vozes, 1998.

BECKER, G. *Human Capital: A theoretical and empirical analysis with special reference to education*, Chicago & London: The University of Chicago Press, 1993

COOPER, D. (ed.). *The dialectics of liberation*, London e New York: Verso, 2015.

ILLICH, I. *Deschooling society*, New York: Harrow Books, 1971.

JANSEN, P-E. "Student Movements in Germany, 1968-1984. Theoretical Background and Political Praxis". In: *Negations. An Interdisciplinary Journal of Social Thought*, No 3, Dallas, trans. Geoffrey A, Hale, p. 66-78, 1998.

LUKÁCS, G. *Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*, trad. José M. M. de Macedo, São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

MARCUSE, H. *Eros and civilization: A Philosophical Inquiry into Freud*, Boston: Beacon Press, 1966.

Counterrevolution and Revolt, Boston: Beacon Press, 1972.

One-dimensional man: studies in the ideology of the advanced industrial society, London and New York: Routledge, 2001.

_____. *Marcuse's Challenge of Education*, New York: Rowman & Litfield Publishers, 2009.

_____. *Philosophy, Psychoanalysis, and Emancipation – Collected Papers of Herbert Marcuse (vol. 5)*, London and New York: Routledge, 2011.

_____. *Marxism, Revolution, and Utopia – Collected Papers of Herbert Marcuse (vol. 6)*, London and New York: Routledge, 2014.

_____. *Herbert Marcuse's 1974 – Paris Lectures at Vincennes University*, Maryland, USA: Salisbury University, 2015.

MASSCHLEIN, J. & SIMONS, M. “Nossas crianças não são nossas crianças ou porque a escola não é um ambiente de aprendizagem”. In: *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE*, N° 23: nov/2014-abr/2015, p. 282-297.